

Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

Prescreve o art. 250 do Estatuto: "Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres: Pena — multa de 10 a 50 salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 dias".

Procura-se evitar, nestes tempos permissivos, a prostituição infanto-juvenil.

Recomendou A. Hesnard, de reconhecida autoridade em Sexologia: "Um ponto importante e que compete mais ao educador familiar que ao pedagogo é a idade na qual o adolescente inicia sua prática sexual. Deve-se retardar o mais possível... Porque, de uma maneira geral, quanto mais tarde o homem adquire sua maturidade erótica, muito mais ele a exerce em sentido normal".

Em perfeita análise, Paul-Eugène Charbonneau (*Educação Sexual*, São Paulo, EPU, 1979) define o jovem como o indivíduo que está se encaminhando para o ser, um vir-a-ser que se processa numa evolução de três ordens: no plano somático, no psicológico e no afetivo. Neste, dos 15 aos 20 anos o homem começa a se abrir para o amor. Até os 15 vivia concentrado sobre si, depois dos 15 entra no mundo. Os jovens vivem o drama de terem sua felicidade sabotada pelo mundo em que vivem. Só escaparão desta catástrofe se, a partir dos erros e aberrações que encontrem, forem capazes de construir uma visão nova, autêntica, límpida, vigorosa, equilibrada e dinâmica de sua sexualidade. Em seguida enumera seus perigos: o primeiro é a linha do vale-tudo, que não é nada mais do que uma solicitação nascida da pseudomoral do todo-mundo-faz. O segundo é o de se fixarem na imaturidade, isto é, de não evoluírem psicologicamente; assim, se conservariam, por toda a vida, no *statu quo* dos 20 anos. O terceiro perigo consiste em confundir normal com anormal, o normal com o patológico. O quarto, a incapacidade de amar. O adolescente, fixando-se em uma certa forma de narcisismo, torna-se incapaz de sair de dentro de si, de se abrir e de se dar aos outros, condição indispensável ao seu pleno desabrochar e para sua realização. A confusão que se criou entre virilidade e "machismo", como entre feminilidade e "femeísmo", é o quinto perigo. O último é confundir genital com sexual, porque este é infinitamente mais amplo que aquele.

Cumpre, desse modo, pelo conhecimento de nossas crianças e ado-

lescentes, proporcionar-lhes uma educação segura, garantindo-lhes uma existência fecunda, equilibrada e feliz.

FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA
Tribunal de Justiça/SC

Parece evidente que os arts. 82 e 250 do Estatuto objetivam assegurar à criança e ao adolescente de nosso País a indispensável proteção prevista no art. 5º do próprio Estatuto e no art. 227 da CF,* prevenindo "a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente" (art. 70 do Estatuto). Formulados em termos proibitivos, os arts. 82 e 250 parecem assentar no princípio de que "a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere" constituiria — em si mesma — uma ocorrência perigosa à integridade física ou psicológica dos jovens, salvo se *autorizados ou acompanhados pelos pais ou responsáveis*. Pois bem: esta última ressalva merece alguns reparos e comentários, como se verá a seguir.

Embora não esteja explícito, parece mais ou menos óbvio que o que os dois dispositivos do Estatuto pretendem prevenir é a possibilidade de *violência sexual contra crianças e adolescentes*. No entanto, talvez por uma deformação histórica, compreensível à luz da análise da assim chamada "cultura sexual brasileira", o Estatuto endossou, aqui, uma "leitura míope" da problemática do abuso sexual de crianças e adolescentes. Preferiu, portanto, assumir nas *entrelinhas* que o agressor sexual de crianças e adolescentes *não é o pai ou responsável*, uma vez que estes podem, na ótica do Estatuto, autorizar ou acompanhar *sem problemas* seus filhos ainda crianças ou adolescentes a hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres. E, aí, o Estatuto presta um enorme desserviço às vítimas daquela violência sexual mais grave, mais secreta, mais terrível e traumatizante, que é a *violência sexual doméstica praticada por pais ou responsáveis, especialmente sobre crianças e adolescentes do sexo feminino*. Por quê? Porque garante ao mais terrível dos agressores, ao pai incestuoso, o *álibi perfeito*. E, assim, o círculo se fecha: com o beneplácito legal, protege-se o agressor, refor-

* "Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão ..." (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida ... além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Constituição Federal de 1988).

çando sua aura de respeitabilidade e a condição de subalternidade desamparada e vulnerável da vítima infantil. Para o "crime perfeito",* um perfeito *álibi*, como brinde ao agressor. "Nada mais oportuno", como consta neste breve relato de um episódio de abuso sexual incestuoso ocorrido recentemente em São Paulo, envolvendo uma adolescente de 15 anos e seu pai: "Dia ... de maio de 1990. Conforme notificação feita pela mãe de L., esta e seu pai foram flagrados no Motel X, localizado à Av. ... O pai tinha em seu poder fitas pornográficas — que costumava projetar antes de manter relações sexuais com L. — e vários "equipamentos sexuais" que também costumava utilizar em suas relações com a jovem. Apurou-se que costumeiramente o pai apanhava L. na escola, após a aula, obrigando-a a acompanhá-lo ao motel, onde sempre entrou sem problema algum".

A prática de pais levarem filhas crianças ou adolescentes a hotéis, motéis etc. com a intenção explícita de violentá-las está longe de ser rara. A literatura internacional registra vários relatos nesse sentido, apontados exatamente por "sobreviventes do incesto",** enquanto processo longo e doloroso de abuso-vitimização sexual doméstica.

Por outro lado, relatos nacionais e internacionais sobre redes de prostituição e pornografia infantis indicam que o cenário cada vez mais utilizado para tais práticas encontra-se em apartamentos alugados em grandes cidades, e não exatamente em hotéis, pensões etc. Também em muitos casos de violência sexual doméstica o apartamento preparado cuidadosamente pelo agressor torna-se o *locus privilegiado de abuso****.

A lição que devemos tirar dessas reflexões é a de que os dois dispositivos analisados do Estatuto constituem uma verdadeira "faca de dois gumes": com a intenção de *prevenir* a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, acabam por proteger os que a praticam, respaldados exatamente no poder parental que o Estatuto reforça...

Talvez valha a pena concluir reafirmando mais uma vez o que nós todos sabemos, mas que às vezes, ironicamente, acabamos por ignorar: os pais nem sempre são *cidadãos acima de qualquer suspeita*...

MARIA AMÉLIA AZEVEDO
Coordenadora do NAV — Núcleo de Estudos Multidisciplinares sobre Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes PSA/IPUSP

* Designação do abuso-vitimização sexual incestuoso, a nível da literatura internacional.

** Um dos mais célebres é o relato feito por Louise Armstrong em *Kiss Daddy Goodnight — A Speak out on Incest*, Nova York, Pocket Books, 1978.

*** Eva Thomaz fez publicar uma carta ao pai escrita por Corinne D., em dezembro/86, na qual a autora acusava o pai de obrigá-la "a posar nua para fotos no apartamento que havia alugado" para esse fim (*Peau d'Ane — Le Journal de SOS Inceste*, 1, setembro/88, p. 9).